

O racismo que nos é proverbial

Arnoldo Jambo

Por mais que se discuta a existência ou inexistência de preconceito contra o negro no Brasil, para qualquer direção que nos voltemos, ontem como hoje, o que salta sempre aos olhos, sem grandes dificuldades, é o ranço do branco para com o negro. Malgrado a civilização de mestiços que constituímos, e que Waldo Frank, como tantos outros estudiosos divisou — cientistas sociais, por sinal, que Câmara Cascudo classificou, com certa paixão direitista, como bolchevistas em “*Vaqueiros e Cantadores*” — a verdade é que o homem negro sempre se olhou, entre nós, com distanciamentos até hoje não de todo eliminado.

Não é um distanciamento apontado somente em razão do período escravocrata, quando o trabalho envergonhava as elites. É um tipo de discriminação com raízes que se tornaram profundas e disso se extraem conclusões a começar pelo folclore, pela chamada sabedoria do povo. A odiosidade do branco — e do fulo, mesmo — para com o preto, é qualquer coisa de demasiadamente ostensiva.

Na literatura de cordel, nos provérbios, nos desafios de violeiros, a rusga antinegra é de impressionar. No que se refere aos provérbios, adágios ou anexins, a riqueza de temática humi-

lhante é espantosa para quem se entrega a pesquisar o assunto negro; e esmagadora, restando para compensá-lo livros como os de Pereira da Costa, Sílvio Romero, do próprio Câmara Cascudo, do folclorista alagoano Théó Brandão.

Mesmo com suas contradições, os provérbios envolvendo o negro uns sobre os outros, chegam a oferecer material para uma antologia, o que de todo modo não eliminam a tradicional definição de que eles são a sabedoria do povo. Não foi por acaso que aquele inglês escreveu: “Os meus provérbios são; um peni poupado é um peni ganho; um ponto em tempo dispensa nove outros; olha antes de pular — e o Império Britânico repassa neles.”

Nenhuma sociedade humana imprescinde dos provérbios ao longo de toda sua história. É “a sabedoria de muitos”, para o professor Ray B. Browne, da Universidade de Ohio, in “*O Folclore dos Estados Unidos*”. Por isso que refletem uma quase irremovível disposição psicológica nos conglomerados humanos. Há povos que possuem em seus domínios paremiológicos até 50.000 provérbios, adágios ou apotegmas como espécies de suportes para o comportamento em toda a história. O povo espanhol é rico, assim, nesse tipo de sentenças verbais que não morrem. Em “*Miçangas*” Afrânio Peixoto lhe

registra um número singularmente vasto.

Pois entre nós, ao lado dos adágios comuns como o “pimenta nos olhos dos outros é refresco”, é igualmente espetacular a quantidade de provérbios com que se procura diminuir o negro, imemorialmente, constatação suficiente para que se demonstre o quanto se tornam contestáveis aqueles que persistem em defender a inexistência do preconceito racial no Brasil. Porque tais refrãos, ou ditados contra o negro, têm o tempo, mesmo de toda a nossa história. Traduzem, lastimavelmente, uma antipatia que resiste ao perpassar dos anos, incorporando aversões discutíveis e controversas, sobretudo quando se sabe que há até recistas antinegros que são fulos e fouveiros, mestiços da cepa mais autêntica, e parte maior da nossa contemporânea sociedade.

Existem coleções abundantes de provérbios anti-negros na bibliografia nacional do tema afro-brasileiro. Reduzido a abjeções extremas, o negro é impiedosamente inserido em provérbios cada vez mais inferiorizantes de sua raça. De um “Padre-Nosso”, do qual se lê fragmentos nos “*Estudos Sobre a Poesia Popular no Brasil*”, de Sílvio Romero, se imprime:

“O negro confessa e não comunga. / O Negro é toco; quem não lhe atira é louco. / Negro, quando se o chama, res-

munga, resmunga; leva pau. / Negro é vulto; quando não pede furta. / Negro tem catinga; tem semelhança com o diabo. / Negro é a derradeira coisa do mundo. / Negro não entra na igreja: espia da banda de fora. / Negro quando não, canta assobia. / Deitado é uma lage, correndo é um porco, sentado é um tóco”.

São ditados de concepção pouco talentosa, mas o bastante para transmitir o ranço, dir-se-ia primitivo, contra o semelhante de cor preta, pigmento na pele. Vale perguntar: será que tal repugnância se extinguiu inteiramente no contexto social de nossos dias, quando ainda é do homem negro ou da grande maioria dos mestiços, os desempenhos mais inferior no âmbito da sociedade de agora? Pelo que se entende como proverbial, é claro que parece difícil responder sim ou não. Mesmo porque os adágios contra o negro multiplicam-se vastamente em nosso folclore.

PS — Historiador alagoano Ernani Méro: Seu livro, “*Penedo, Templos, Ordens e Confrarias*”, é o que de mais valioso se escreveu, até hoje, sobre a arte sacra e o catolicismo penedenses com os séculos de uma cidade que foi um dos núcleos formadores da civilização nas Alagoas. Obra completa e incomparável no gênero. Meus parabéns e obrigado pelo exemplar que me enviou.

Movimento Negro não festeja 13 de maio

Militantes não vêm referência alguma na data

Amanhã, 13 de maio, data em que a historiografia oficial comemora a abolição da escravatura será mais um dia para os negros pernambucanos. Esta é a opinião do Movimento Negro Unificado — MNU — que não reconhece a libertação dos escravos como um fato representativo para a raça negra. Mas, mesmo os que discordam desta visão e acreditam que a data é legítima, têm um ponto em comum com o MNU. Não há motivo para comemoração porque o processo de marginalização do negro na sociedade brasileira está cada dia mais presente.

Para o Movimento Negro Unificado, uma data representativa para a raça é o 20 de novembro — quando da morte de Zumbi dos Palmares e dia Nacional da Consciência negra. Há 12 anos que o movimento afirma para a sociedade que o 13 de maio não tem nenhuma referência para o povo negro. “Para nós a data não significa historicamente nada, é um referencial da sociedade branca”, diz Marcos Pereira, diretor do Sindicato dos Bancários e militante do MNU.



Sylvio: “Negro foi entregue à sorte”

Na sua opinião, a abolição da escravatura não teve efeito transformador para os negros brasileiros porque o processo de escravidão continuou através da discriminação, violência policial, falta de moradia a todas as injustiças sociais. “O sentido humanitário da abolição é uma farsa”, disparou Pereira.

A comemoração do 13 de maio como dia de negro é, para Marcos Pereira, uma forma de a

sociedade negar a luta diária dos segmentos oprimidos e violentos. “Nós repudiamos a data. Dia de Negro é todo dia”, diz Pereira. Para ele, com estes dias festivos a sociedade branca tenta alienar estes segmentos oprimidos da sua condição de marginalizado.

Para Marcos Pereira as pessoas que reconhecem o 13 de maio são incoerentes porque confirmam a historiografia européia e negam a luta do povo negro. “Esta data não tem nada ver com a luta do nosso povo”, diz Marcos Pereira.

Divergência — O fundador do Movimento Negro em Pernambuco, Sylvio Ferreira acredita que o Movimento Negro Unificado — uma dissidência do movimento criado por ele — tem uma certa razão quando questiona a glorificação da Lei Áurea, mas negar a data significa desprezar a luta de abolicionistas negros como José do Patrocínio e tantos outros.

Para ele, o MNU tem razão quando afirma que a libertação foi de direito e não de fato e que ela foi fruto de pressões externas e internas. “O negro foi entregue à própria sorte e não houve nenhum planejamento por parte do Governo para integrá-lo à sociedade, mas não se pode negar a

data”, afirma Sylvio Ferreira.

A principal crítica de Ferreira é de que o movimento não pode simplesmente adotar o 20 de novembro e jogar o 13 de maio na “lixreira da História”. “Vários negros participaram do processo de abolição como uma vitória”, diz. Ele acredita que a data deve ser lembrada como dia de reflexão e análise crítica.

Adversidade — O que as duas correntes de pensamento concordam é de que a situação do negro em Pernambuco e no Brasil é bastante adversa. “A população negra é estatisticamente e mais atingida pela injustiça social do País”, acredita Ferreira. Para ele, não só os negros pobres, também enfrentam a discriminação e o preconceito racial. Ele afirma que apesar de sutil o preconceito racial no Brasil ainda é muito forte.

Para Marcos Pereira a situação é a pior possível em Pernambuco porque ainda predomina a mentalidade dos senhores-de-engenho. “Do campo à cidade o negro é tratado com violência e excluído do mercado de trabalho”. “O negro é tratado com violência de todas as maneiras. Nos ataques aos camelôs, e nas expulsões das favelas”, disse.

Desigualdade e Segregação

Roberto Motta

Eu não pensaria em contestar a afirmação do professor norte-americano Thomas Skidmore, em recente entrevista a jornal de São Paulo, segundo a qual “temos provas esmagadoras de que há no Brasil uma profunda e sistemática desigualdade racial, medida por renda, educação, índice de mortalidade, expectativa de vida, habitação etc”. No caso, parece-me que Skidmore se limite a retomar as conclusões de outro pesquisador, Carlos Hasenbalg, professor no Rio de Janeiro, que diz a mesma coisa em livro (“Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil”), publicado em 1979.

Entretanto, na qualidade menos aliás de doutor (Ph.D) em antropologia por uma das universidades de maior prestígio no planeta (Columbia University), que na de simples estudioso de metodologia da pesquisa científica, não posso concordar

com a conclusão que aqueles eminentes mestres querem inferir, partindo da constatação da desigualdade. Isto é, não concordo, retomando ainda as palavras de Skidmore, que “a existência do racismo fica evidente com a fortíssima desigualdade racial”. Ocorre aí aquilo que os lógicos denominam “petição de princípio”, isto é, utiliza-se, como premissa ou ponto de partida de um raciocínio, a própria conclusão a que se quer chegar. Ou seja, a desigualdade não pode servir ao mesmo tempo de conclusão e de prova da *discriminação* racista. Em outras palavras, não podemos, em boa lógica, concluir que existe racismo porque existe uma situação concreta de desigualdade.

Eu chego mesmo a recear o racismo embutido, por certo de maneira inconsciente, em raciocínios do tipo dos de Hasenbalg e Skidmore. Insistindo tanto na constatação da desigualdade, postulando uma discriminação

cujos mecanismos concretos (“indicadores” ou “definições operacionais”, no jargão dos metodólogos da pesquisa), eles jamais dizem em que consistem, não será que esses autores, mesmo sem o desejarem (conforme eu quero crer), dão margem à insinuação de que a desigualdade, no plano social e econômico, seria consequência de uma desigualdade racial intrínseca? Meus amigos, cuidado com a história do aprendiz de feiteiro. “Timeo danaos et dona ferentes”, temo os gregos mesmo oferecendo presentes, exclamava o troiano. Temo até mesmo as grandes dotações para a pesquisa.

Enfim, tudo o que estou querendo dizer é que a constatação das desigualdades não podem ser a conclusão, mas apenas o início da pesquisa sobre relações raciais. Não pretendo apresentar nenhuma hipótese alternativa à dos professores que mencionei, mas acrescentarei que estamos aqui numa das áreas mais complicadas

de toda a ciência social, com um enorme entrecruzamento de fatores históricos e culturais. Eu apenas lembraria que o chamado “desenvolvimento” é uma invenção branca e ocidental. Que obrigação então teriam, em princípio, populações destribalizadas pelo colonialismo e pelo escravagismo, de adotar padrões de “racionalidade” econômica, cultural e pedagógica específicas, como queria Max Weber, da civilização “protestante” da Europa Ocidental e da América do Norte? Haverá de voltar ao tema. Mas já antes de terminar, quero dizer que estou longe de discordar em todos os aspectos da entrevista de Skidmore, com a qual, mas só em certos trechos, concordo em gênero, número e grau.

P.S. De parabéns a PMR e a URB pela inauguração da pista de “cooper” do Hipódromo, com 22 postes de iluminação. Milagre de São Liberato. Na Jaqueira, sem santo patrono, faltavam, no dia 11 p.p., 57 lâmpadas e todos os refletores.

Discriminação negra na poesia de cordel

Arnoldo Jambo

A pergunta está num dos estudos de Silvío Romero: por que do seio da massa escravizada no Brasil “nunca saiu um Epíteto, um Terêncio, nem ao menos Spartacus vingador?” É uma indagação decerto fora de propósito, principalmente porque, surgida antes da abolição da escravatura, por insinuação de um dos pioneiros do folclore nacional: o maranhense Celso de Magalhães, que morrendo jovem ainda deixou, apesar disso, investigações curiosíssimas sobre a nossa oralidade cultural, além de romance, poesia, dramaturgia, crítica literária e teatral, pelos idos de 1873, quando cursava a Faculdade de Direito do Recife.

Ainda que pouco avaliada, a obra de Celso Magalhães, que Wilson Martins refere minimamente em sua *História da Inteligência Brasileira*, inserese como recomendável para uma exata compreensão da subestimação do negro como portador de um intelecto em nada diferenciável, do intelecto do branco. Sobretudo porque escrita numa época anterior à emancipação de 13 de maio de 1888, quando tudo se vedava à ilus-

tração dos pretos no país — tempos em que tudo se recusava ao escravo, inclusive retalhos de notícias em torno dos Palmares e dos incontáveis quilombos que ainda hoje se apontam encabuladamente.

Dos textos sobre o negro, na época, o que ressaltava era a sua supposta inferioridade intelectual ou mental. Razão por que a alusão ao cartaginês e poeta Terêncio, e ao filósofo estóico que foi Epíteto, pode muito bem justificar-se: uma ausência total de ilustração que só o futuro assinalaria. Da mesma forma que a comparação, agora possível, entre um Zumbi nos Palmares e o Espartaco romano à frente de seus escravos revoltados.

Tanto como os aedos e rapsodos da antiguidade, tanto como os Jograis que se perderam no passado, é preciso dizer que os negros, mesmo na condição de escravos ou remanescentes destes, ganham a maior projeção na inteligência inculta porém criativa no nosso folclore. O contingente numeroso dos nossos cantadores, dos desafios históricos que se inscrevem em nossa literatura de cordel, em nossa literatura popular, é por demais expressivo a esse res-

peito.

Ainda que pareça estranho, em grande parte a presença do negro em nossa poesia popular se erige comumente à base de confrontações, de pelegas verbais e minemônicas em geral reveladoras da admirável capacidade intelectual do homem de cor em nada inferior à do homem branco.

Certamento que se deve dispensar, nesta altura dos conhecimentos antropológicos, debates que versem diferenças que tais. Em sua obra *Estudos Sobre o Negro*, o notável professor A. da Silva Mello menciona Livingstone, como outros estudiosos e cientistas que viveram na África, para salientar a alta inteligência das raças primitivas, destacando os povos africanos como de uma superioridade de que nunca se fala.

É enorme a quantidade de cantadores negros que se registram nos livros sobre o assunto. Quando não são negros retintos, como eram chamados, mestiços. A porcentagem de cantadores mestiços, descendentes de escravos, vai a muito mais da metade dos conhecidos poetas repentistas. Negros e caboclos, raças diferentes que se digladiaram nos versos de improviso em todo o Sertão

brasileiro por todo o século passado.

E as raças não eram de elogiar-se mutuamente. O negro, orgulhoso de sua cor, não media palavras para acicar o contendor, fosse ele da branquidade mais autêntica, o que prova que em nada diferiam as inteligências, quer de um lado quer de outro. Por versos os mais satíricos, elas criativamente se entredemoliam, cada uma exaltando ao máximo a sua etnia e buscando deprimir a do adversário poético.

Gustavo Barroso em *Terra de Sol* transcreve exemplos dessa pendanga agressivamente lírica:

— “Xique-xique é pau de espinho,
Umburana é pau de abeia:
Gravata de boi é canga,
Paletó de negro é peia”.

E o revide do negro cantor:

— *P’ra fumar fumo da terra,
P’ra mascar só mapiguim,
Mais vale um negro que é bom
Do que dez branco ruim”.*

As cantorias de repente estão repletas dessa troca de ofensas que se misturam com auto-exaltações. Uma prova de que ao contrário do que dizem alguns autores, no Sertão jamais deixou de existir discriminação entre o negro e o branco presumido ou não.

Por que não o 13 de maio?

Sylvio Ferreira*

“**T**rece de maio não é dia de negro”. Essa é uma frase que, no Brasil, vem sendo sistematicamente repetida pelos grupos negros organizados, desde que, no final da década de 70, surgiu o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (Movimento, este, nascido em São Paulo, em 1978, e que hoje tem raízes assentadas por todo o País).

As razões alegadas para tal assertiva, prendem-se principalmente ao fato de que os citados grupos consideram que a abolição da escravatura no Brasil — ocorrida em 13 de maio de 1888 — não passou de uma grande farsa histórica, engendrada pelas elites dirigentes, uma vez que abolida a escravidão o negro ficou entregue a sua própria sorte.

Que o negro ficou entregue a sua própria sorte ninguém há de negar. Joaquim Nabuco, à época, antes mesmo da Abolição, já advertia os seus pares sobre o assunto. Não é por isso que as favelas, hoje em dia, são

consideradas sucedâneos das senzalas. Ninguém de bom senso, também, haverá de negar que o negro continua sendo discriminado na sociedade brasileira.

Todavia, um fato é completamente inequívoco e absolutamente verdadeiro: malgrado às fantasias históricas correntes e às distorções ideológicas ainda presentes na historiografia nacional (sobretudo as observáveis nos livros didáticos destinados ao ensino do 1º e 2º graus) relacionadas à Abolição, esta se deu no dia 13 de maio.

Negar o valor e a importância do 13 de maio, significa a meu ver, negar a própria história de lutas do negro — verificadas ao longo de todo o período escravocrata — em busca da liberdade, pois a abolição pode ser entendida também como expressão dessas lutas. E não foram poucas, como se sabe.

Desmistificar a chamada “historiografia oficial” é um dever — e uma reação natural — de todos os grupos ou povos politicamente cons-

cientes e que são ou foram discriminados. Porém, o afã de reestabelecer a verdade dos fatos pode acabar não apenas sepultando as mentiras ou versões dos opressores, mas, também, junto com elas, a própria verdade relativa à história dos oprimidos.

Eleger o dia 20 de novembro, data em que morreu Zumbi dos Palmares, como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, é uma homenagem ou tributo dos mais justos, importantes e merecidos. No entanto, não podemos esquecer que o dia 13 de maio, mesmo que indiretamente, também está associado à luta de Zumbi dos Palmares e de todos aqueles que, como ele, se rebelaram ou pegaram em armas contra a escravidão.

Há ainda outro aspecto importante a ser ressaltado com relação ao 13 de maio — ele é expressão direta das diversas e sucessivas batalhas abolicionistas, dentro e fora do Parlamento, travadas por homens como Luís Gama, André Rebouças e José

do Patrocínio, todos eles reconhecidamente de origem africana.

Afirmar que *Dona Isabel não aboliu nada*, como tem sido feito, é até compreensível num certo sentido. Jogar, todavia, o 13 de maio na lixeira da história, é desmerecer a luta de Zumbi dos Palmares e de seus seguidores, principalmente a luta dos abolicionistas — quer tenham sido negros ou não. Essa estratégia de luta é inteiramente equivocada e, em absoluto, faz jus aos esforços desenvolvidos pelos mitos, mártires e heróis do passado.

Tão equivocada tem sido a estratégia do resgate da memória do negro no Brasil — revelada através desse combate ingênuo, tolo e infantil ao 13 de maio — que, no final das contas, a impressão que fica é a de que os grupos organizados talvez preferissem que a Abolição não tivesse ocorrido. De outra forma, como explicar a queima já realizada por esses grupos, em praça pública, da Lei Áurea?

Sylvio Ferreira é Vice-Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE.

Conceito Complexo

Roberto Motta

Nada mais difícil de definir do que aquilo que parece mais evidente. Todos nós — leitores e colunistas — estamos persuadidos de saber o que é *racismo*, mas as dificuldades começam na hora de dizermos em que consiste essencialmente esse fenômeno, com o qual alguns de nós lidam com tanta facilidade e mesmo às vezes com leviandade. Porque, veja bem, leitor, de acordo com a definição subjacente ao termo, podemos dizer, sem faltar com a verdade, tanto que existe racismo no Brasil, como que, ao contrário, vivemos na maior democracia racial que já houve em toda a história universal.

Digo então que *racismo* é um conceito complexo porque sumaria, numa só representação ou concepção (de onde *conceito*), toda uma série de atitudes ou comporta-

mentos. Pois os conceitos se compõem de fórmulas ou receitas, os ingredientes sendo o que muitas vezes se denominam “notas” ou “características”; e do mesmo modo que as receitas se alteram com a omissão ou substituição de ingredientes, os conceitos se alteram quando acontece a omissão ou a confusão, implícita ou explícita, de suas características. As pessoas que já tiveram de organizar ou avaliar projetos de pesquisa nas ciências sociais conhecem a importância das definições e clarificações, mesmo porque, como já diziam os antigos (com licença de mestre José Lourenço), “parvus error in principio magnus in fine”, isto é, um pequeno erro nas definições iniciais pode levar a consequências desastrosas, até mesmo em política. Os conceitos mal definidos geram *equivocos*, que, como já mostra a origem da palavra, é aquela situação em que, sob o mesmo termo ou “voz”, es-

condem-se definições diferentes. E os *equivocos* são tanto mais nocivos quanto mais essas diferenças se assemelhem ou pareçam se assemelhar. Qualquer um entende que *cão* (animal) e *Cão* (estrela da constelação do Grande Cão) têm em comum só o nome, a voz, o ruído que ressoa como cão. O diabo é entender quais às vezes sutis diferenças de sentido entre o conceito de racismo nos trabalhos do professor X e nos do professor Y, ou nos artigos daquele cronista, do Recife ou de São Paulo, que escreve às terças, ou daquele outro, que nos instrui nas quintas-feiras.

Bem, leitor, conforme já declarei em outra crônica, faço profissão de *fé cartesiana*, quero dizer, gosto de empregar conceitos claros, isto é, com suas notas bem-explicitadas, e distintos, o que quer dizer que, justamente por causa desse trabalho de explicitação, o conceito ficará bem-separado, bem-distin-

guido dos outros. Por isso mesmo sinto-se convidado, neste artigo, no seguinte e talvez em outros, a acompanhar meu trabalho de reflexão sobre o *racismo*. Então a pergunta é a seguinte. Qual a característica básica do fenômeno representado por esse conceito, da qual podemos supor que dependam todas as outras?

Já da vez passada (artigo *Desigualdades e Segregação*, publicado aqui no sábado, dia 15) eu tentava indicar que não devemos confundir racismo com desigualdade (de renda, educação, expectativa de vida, etc), pois — e este ponto é capital — a situação de desigualdade poderá ser (ou poderá não ser) resultado do racismo, mas não se confunde com ele. Supor tal confusão é colocar o carro na frente dos bois, tentando provar a premissa pela conclusão e a conclusão pela premissa, o que importa em *petição de princípio*. Mas o espaço terminou.